

3/5/92

domingo

ELE ENCONTROU O CAMINHO PARA ROMA

por Almíro Santos (texto) e Amadeu Marrengula (foto)

ELE descobriu o caminho para Roma. É capaz de ter sido mais curto. De Lisboa — onde se encontra como delegado da AIM — para Roma, não é assim uma grande caminhada, pelo menos para um moçambicano habituado a grandes viagens em busca da sobrevivência. E até da paz.

Não foram os monumentos que aterrorizam as passagens e os cruzamentos de vários culturas, incluindo os orientais, que levaram Tomás Vieira Mário a Roma. Se todos os caminhos vão dar a Roma, então os moçambicanos têm motivos de sobra para encetarem a caminhada em direcção à cidade eterna.

Foi o jornalismo que o levou a Roma. Uma profissão que abraçou há mais de 12 anos, incluindo uma experiência como professor de jornalismo na escola que também frequentou, em Maputo.

E assombroso saber como um homem com 32 anos ainda é capaz de chorar. Mas Tomás Vieira Mário chora, como todos os outros homens. Os motivos para essa "iraqueza" são proporcionados pela sua vida profissional. Se Roma é exótica, é moderna, é antiga e é eterna, também, às vezes, proporciona momentos de acidez e de choro, mesmo para um jornalista que, em princípio, deve controlar as suas emoções. É a paz que faz os moçambicanos chorar, mesmo para o homem que encontrou o caminho para Roma...

Tudo começou com um telefonema. Tomás Vieira Mário estava em Paris numa conferência de organizações não-governamentais. Quando passou o auscultador ficou a saber que tinha sido indicado para fazer a cobertura do processo negociado em Roma. Nessa altura, estava-se na 3ª ronda do diálogo entre o Governo moçambicano e o Renamo.

Passados quase dois anos sobre aquele telefonema, o jornalista confessa que a sua primeira reacção, na altura, foi acusar a responsabilidade que se lhe abatia sobre os ombros. Também um misto de apreensão e vontade de desatarraxar-se a si mesmo. Um desalio profissional, como afirma, hoje, já mais sereno.

E considera natural que tenha acusado a responsabilidade que é cobrir um acontecimento que é único, pelo menos no período pós-independência. Ainda por cima, Tomás Vieira Mário seria o único profissional moçambicano da comunicação social em Roma.

Reconstituindo o momento em que as negociações decorreram sem praticamente nenhuma cobertura jornalística, pelo menos no que se refere à presença de jornalistas moçambicanos em Roma, Tomás Vieira Mário afirma que em julho de 1990 "os leitores moçambicanos foram colhidos de surpresa ao ler o primeiro comunicado rubricado nos seus encunhos, no qual se dizia que as duas partes se mostraram interessadas em prosseguir com o diálogo, valorizando aquilo que as une como moçambicanos".

— Até aí, em termos de informação era isto. Naturalmente que o grande problema era querer saber o que é isso do processo negociado, como é que os diálogos se processam e como é que as duas delegações se sentam, frente a frente, na mesma mesa, depois de meses anos todos de animosidade mútua e de violência verbal.

Em Roma, o jornalista encontrou dificuldades, a maior parte delas ligadas à interpretação de algumas posições tomadas por ambas as partes. Mário exemplifica: Vezes houve em que, durante um mês, o discurso, na mesa das conversações, ora de tal forma ameno que dava indicações de haver uma certa

complementaridade de posições. Porém, quando menos se esperava surgiu um impasse. Portanto, é todo esse exercício de interpretação que é preciso fazer muitas vezes.

Portanto, as dificuldades de Tomás Vieira Mário, como jornalista, resumiam-se na interpretação, facto que o obrigava a manter longas horas em conversas separadas, tanto com a delegação do Governo, como com a delegação do Renamo.

Por outro lado, sempre existiu o cuidado de não transferir as negociações do paz para o jornal. E esse exercício consistia em coordenar um relacionamento (no sentido de obter dados) com as partes envolvidas no processo de paz, incluindo os mediadores. Assim, o recibo dos próprios negociadores está relacionado com esta perspectiva de transferir as negociações de paz para os jornais.

E é essa responsabilidade que o jornalista alude. Os próprios mediadores diziam que era preciso não transferir as negociações para os jornais. Por exemplo, havia uma necessidade de controlar algumas posições, tanto de uma como da outra parte, mais ou menos do género de perguntar à delegação governamental,

por exemplo o que é que achava de determinada posição tomada pela Renamo.

Este confronto de ideias e posições era suscitado, segundo Tomás Vieira Mário, de aumentar os receios dos mediadores, no que diz respeito à transferência de um processo negociado, como o que decorre em Roma, para as primeiras páginas dos jornais.

ISENÇÃO E POSICIONAMENTOS

Como delegado da AIM em Lisboa, digamos que Tomás Vieira Mário pode não ter corrido o risco de ser contido como um jornalista posicionado, na medida em que a agência é um órgão de informação pública, eventualmente identificada com o Governo moçambicano. O jornalista replica:

— Aqui há um aspecto que é preciso considerar. Em geral, todas as agências noticiosas estão ligadas ao Estado e aos órgãos de informação pública. Normalmente, não têm meios para sobreviver por si próprios, não têm um espaço para a publicidade como têm os jornais, por exemplo, mas mesmo assim penso que há um espaço para se trabalhar com o mínimo de isenção.

Para o jornalista Tomás Vieira Mário, o maior problema talvez nem seja a isenção porque o profissional de comunicação social tem que lutar contra a emoção na presença de algo, mas ao mesmo tempo que faz a informação ela deve ser isenta, sim senhor, mas não cínica.

— Não pode ser indiferente — sentença.

O maior desafio, para Tomás Vieira Mário, é, como afirma, conciliar uma informação isenta, mas não cínica, com uma não-interferência no processo de paz.

Aludindo à interferência, o jornalista recorda-se, por exemplo, que em princípio as duas delegações que se encontram em Roma para discutir a paz para Moçambique, insistiam em questionar os meus textos na mesa do diálogo.

— Por vezes, esses assuntos eram agendados e, na mesa das conversações, havia lexas de artigos meus publicados em Maputo, e uma das partes em colírio aparecia no encontro a querer questionar a razão que me tinha levado a escrever daquele ou daquele modo. Quando eu digo uma das partes em colírio, é porque é válido colocar a hipótese de tanto poder ser o Governo como o Renamo, ou ainda a mediação.

— Mas chegou a haver queixas?

— Sim. Uma vez houve uma reclamação que me chegou aos ouvidos. Mas, desde já digo-lhe que nunca me chegou nada directamente. Portanto,



nem o Governo nem a Renamo se queixaram na minha presença.

Não tendo recebido uma reclamação directa, Tomás Vieira Mário reconhece que tem existido, tanto pela parte do Governo, como da Renamo, e inclusivamente por parte da mediação, um esforço para compreender que é sempre positivo conciliar os dois interesses, o interesse jornalístico das negociações e o próprio interesse negociado para que se preserve um clima de diálogo.

Assim, ocasionalmente, Tomás Vieira Mário teve há alguns meses atrás, uma observação de líderes de dois partidos políticos em formação, nomeadamente o SOL e o UPMO, fazendo reparos aos artigos que chegavam de Roma assina-

dos pelo jornalista.

Em termos de ideia, as observações dos dois políticos defendiam que Tomás Vieira Mário versus AIM não deviam deter o monopólio em termos de cobertura jornalística das conversações de Roma. Outra ideia era que estava a existir uma parcialidade nessa cobertura.

A percepção de Tomás Vieira Mário sobre este assunto é que todas as pessoas têm o direito de exercer o seu direito de expressão, desde que tais intervenções não fujam do parâmetro estabelecido para o jogo democrático.

— Aquilo que eu entendo é que o Governo não terá decidido que só o envio da AIM é que pode fazer a cobertura do processo negociado. Se os outros órgãos de informação entendem que o devem fazer, penso que o espaço está aberto para isso.

Para Tomás Vieira Mário, se essa perspectiva não se concretiza porque a campanha Roma é bastante onerosa e dispendiosa.

Roma é uma cidade extremamente cara e não é assim tão fácil manter um jornalista numa cidade como aquela, ainda por cima a pagar todos aqueles custos inerentes à comunicação entre Roma e Maputo para o envio dos artigos.

E a parcialidade? Tomás Vieira Mário entende que não é possível, cobrindo um processo como este, fazer uma informação baseada no amorfismo, apesar do detentor — insistentemente — que é possível fazer uma informação isenta, mas nunca cínica.

Reconhecendo que existe um esforço de reconstrução nacional, o jornalista da AIM defende que também a informação tem um contributo a dar neste aspecto.

Não se pode pausar pelo indiferentismo. Não o reconheço.

E pensa que a visão da informação deve ser na perspectiva de que poderá ser este país daqui a 10 ou 15 anos.

O ACESSO AS FONTES

O jornalismo tem destas coisas. Exige um relacionamento constante e sistemático com as fontes de informação. Não há vida sem cultura de informação, mesmo em relação a algumas fontes, sem o legítimo detentor à volta desse jornalismo de que é preciso acarinhar as fontes. Agora, o caso de Roma...

— Desde que fui destacado para cobrir as negociações já decorreram sete rondas e é natural que as pessoas tenham gravado a minha cara, pela presença e sistemática. E natural que as partes tenham entendido que é um esforço necessário e facto de as dificuldades do diálogo e as impasses que se vão verificando sejam do conhecimento público.

Defendendo que este processo não é simplesmente do Governo e da Renamo, Tomás Vieira Mário pensa que no quadro

deste conflito, as duas partes serão apenas os principais protagonistas.

— Isto é um processo global. É um processo de todo o povo moçambicano. O jornalista da AIM volta para Moçambique, como afirma, à capacitação de reforçar aquilo que alguns analistas dizem: Em Moçambique não existe uma guerra civil porque nem guerra é.

— O que existe, e sempre existiu, é uma situação em que há uma violência armada que faz com que os antagonismos sociais se agudizem e proporcione uma luta de todos contra todos.

Ainda sobre o acesso às fontes de informação, pode ter existido uma nega de incompreensão, entre os leitores, o facto de o jornalista Tomás Vieira Mário, saído de um padrão social antagónico no da Renamo, estar a relacionar-se com representantes do grupo armado.

Não será preciso haver outras interpretações senão esta, avançada pelo próprio jornalista. A minha relação com a delegação da Renamo é puramente profissional e correcta. Conversamos horas seguidas, com o gravador no meio, de uma forma descomplexada. O mesmo acontece em relação à delegação governamental.

Um aspecto curioso notado por Tomás Vieira Mário é o que se relaciona com o volume de informação difundida a partir de Roma. E isso tem a ver com o número de jornalistas estrangeiros a fazer a cobertura do processo negociado. Talvez daqui se possa avaliar o interesse dos "mass-media" de outros países por Moçambique.

— Em termos de acompanhamento sistemático do processo de paz para Moçambique, sei que estão representadas em Roma as agências Reuters e France Press. Está também um correspondente da "Voz da América".

Curiosamente, segundo Tomás Vieira Mário, a imprensa italiana não tem tido muito alarido em torno da questão moçambicana, e isso foi motivo para o jornalista da AIM concluir que esse aspecto contrasta um pouco com o envolvimento do Governo italiano.

— Mesmo quando são assinados os protocolos, a imprensa italiana não tem dado grande destaque. Na última ronda, agora em Janeiro/fevereiro, porque estava lá o Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, que se encontrou com o Ministro Italiano dos Estrangeiros, Giovanni de Michelis, Moçambique foi quase esquecido.

E concluir: Para a opinião pública italiana, Moçambique é um país remoto. Como delegado da AIM em Lisboa, talvez tenha escapado a Tomás Vieira Mário o debate, possivelmente, a mudança de postura de alguns jornalistas moçambicanos face à aprovação de uma Lei de Imprensa. Quer dizer que, engolido e influenciado pela mancha de ser e de estar da imprensa portuguesa, Tomás Vieira Mário pode não ter tido a postura de jornalista moçambicano.

Uma hipótese para uma questão o jornalista Tomás Vieira Mário cobrir — do modo como o faz — o processo negociado em Roma so, por acaso, ainda não tivesse sido aprovada a Lei de Imprensa? Uma pergunta como esta pode induzir a muitas respostas. E esta é uma delas.

— No essencial, penso que seria a mesma informação, apesar de reconhecer as vantagens de ter uma Lei de Imprensa.